



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IRATI**

Rua: Coronel Pires, 856 – Centro

Fone: (42) 3132-6211

E-mail: casadosconselhosiratipr@gmail.com

84.500-059 – Irati – PR

1 **Ata nº489/2022.** Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e dois, às
2 nove horas e dez minutos, reuniram-se na Casa dos Conselhos situada na Rua
3 Coronel Pires, nº826, Centro, anexo ao CAM, os seguintes conselheiros: Denis Cezar
4 Musial, Thais Salvado Tartarotti, Cristina Malinowski do Nascimento. Representando
5 o Conselho Tutelar, o Thiago Vinicius Mattoso Gorte e a Ederli Gritlet. Representando
6 o NEDDIJ a advogada Andressa Campos. Registra-se a presença da promotora Maria
7 Luiza Mello. Ouvintes: Octavio Maier Neto, Luan Felipe Biscaia, Nelson Susko,
8 Thatyana Caruzza Duarte Barbosa, Felipe Rosa e Claudia Bonete. As conselheiras
9 Cleidenete Winkler, Tatiane Maria Horst e Ana Paula Zavelinski justificaram sua
10 ausência pelo grupo do WhatsApp do Conselho. O presidente Denis Cezar Musial
11 inicia a reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos, após, faz a
12 leitura da pauta, que é aprovada com a inclusão de novos assuntos: Edital do
13 Conselho Tutelar solicitada pelo mesmo, capacitação para trabalhar com crianças e
14 adolescentes com autismo solicitada pela conselheira Thais e Adolescentes de ato
15 infracional de outras cidades, solicitado por Thiago. Em continuidade, Denis agradece
16 a todos pelas ações realizadas durante o mês de maio laranja, onde muitas ações
17 foram desenvolvidas, dentro dos territórios e equipamentos, dando visibilidade e
18 fortalecendo as ações. Thiago comenta que as ações surtiram efeito, pois houveram
19 mais denúncias de abuso sexual a partir das conversas e palestras desenvolvidas.
20 Denis fala que a coordenadora da proteção social básica, Fernanda, vai participar da
21 próxima reunião do CMDCA para apresentar as ações que os CRAS estão realizados
22 voltadas para esse assunto e projetos que estão elaborando para chamar mais
23 crianças para o trabalho de prevenção. Em sequência, Denis passa a palavra para
24 que Thiago comente sobre como está sendo realizado a conversa entre Conselho
25 Tutelar e escolas; Thiago fala que em fevereiro de 2020 iniciaram as conversas, porém
26 devido a Pandemia suspenderam as atividades; no dia 17 de maio houve uma
27 conversa com as Escolas Estaduais junto ao Núcleo, tirando dúvidas e conversando
28 sobre outras questões que foram levantadas, Claudia Bonete falou sobre como
29 realizar uma escuta, revelação espontânea e escuta especializada, e a Maria Lucia
30 comentou sobre o Depoimento sem Dano; faltando apenas três escolas e os diretores
31 foram muito participativos, orientados a passar estas informações aos professores ou
32 pensar em uma capacitação via Núcleo para estes profissionais; complementa
33 dizendo que no dia 09 de junho será feita uma conversa com as escolas municipais.
34 Thiago diz que a ideia é expandir a conversa para os agentes comunitários de saúde,
35 guardas municipais, para que os participantes da Rede estejam preparados para lidar
36 com essas situações. Andressa comenta que o NEDDIJ também está realizando uma
37 fala com as escolas, conversando sobre o que são as violências, sobre a Rede de
38 Proteção, apontando o papel da escola dentro da Rede de Proteção inclui que o ideal
39 seria unir entre profissionais para alinhar algumas questões. Thiago fala que o Fluxo
40 ainda está em construção e os profissionais ainda tem muitas dúvidas sobre como
41 encaminhar ou o que encaminhar. Denis faz a sugestão de fazer uma conversa com



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IRATI**

Rua: Coronel Pires, 856 – Centro

Fone: (42) 3132-6211

E-mail: casadosconselhosiratipr@gmail.com

84.500-059 – Irati – PR

42 o CEDCA para alinhar essa questão e realizar um evento ou algo relacionado sobre a
43 escuta especializada. Thiago comenta sobre a comissão regional que o Juiz de
44 Rebouças com a SEJUF está realizando essa ação, porém muitas pessoas não estão
45 aderindo a ideia. Andressa fala que quando é criada novas leis há muitas dúvidas, até
46 que se unam e determinem um alinhamento só e seja aperfeiçoado. Thiago e
47 Andressa falam que ainda existem muitos casos que os profissionais sabem que está
48 acontecendo algo, porém tem receio de se envolverem, e é preciso preparar esses
49 profissionais para isso. Thiago comenta que na nova lei há um capítulo sobre a
50 proteção ao denunciante, o que pode resultar em mais denúncias dentro das escolas.
51 Andressa fala sobre os casos que ocorrem em escolas particulares, onde muitos não
52 notificam e nem acionam o Conselho Tutelar; Thiago concorda que há uma resistência
53 maior, inclui que o Conselho tem a intenção de fazer uma fala a parte com as escolas
54 particulares. Após, Denis fala que quando ocorre essas ações o Conselho Tutelar
55 solicita lanche, e questiona se os conselheiros presentes aprovam que seja destinado
56 um repasse de recurso para essa natureza, de aproximadamente R\$3.000,00 (três mil
57 reais) todos aprovam. Em sequência, Denis faz uma alteração de pauta e fala sobre
58 a formação do CMDCA; comenta que foi realizado um encontro na última sexta-feira,
59 porém ninguém veio, e tem mais um módulo para ser realizado, mas houve um
60 encontro com o Conselho Tutelar na sexta-feira à tarde. Thiago fala que é preciso que
61 o CMDCA seja capacitado junto ao Conselho Tutelar, pois uma complementa a outra;
62 e que a Ana Cecilia sugeriu que encontrassem outro dia para os conselheiros do
63 CMDCA e conselheiros tutelares fazerem o módulo 1. Thiago comenta que há alguns
64 anos o Conselho Tutelar realizou uma capacitação com o Luciano Betiate, o qual
65 apontou várias falhas dentro da entidade, porém quando tentam colocar em prática, o
66 Juiz diz não e fica apenas na teoria o aprendizado, sendo preciso um alinhamento.
67 Após, os presentes discutem sobre o dia da capacitação para os conselheiros do
68 CMDCA, e todos concordam para que seja feita na quinta-feira. Em continuidade,
69 Thais aponta a falta de participação dos conselheiros dentro das reuniões. Denis faz
70 a sugestão de encaminhar um ofício para conversar com os Secretários, para que os
71 representantes governamentais participem das reuniões, e após esse chamamento
72 seja realizada a capacitação, todos concordam. Thiago fala que seria importante o
73 CMDCA se movimentar para que o colegiado de adolescentes participasse das
74 reuniões. Denis fala que tem o Raul, porém ele sempre relata que não pode participar
75 por causa da aula; que devem pensar em convidar os adolescentes das escolas e
76 CRAS para participarem. Após conversa, os presentes optam por alterar o horário das
77 reuniões para às 13h30min. Em sequência, Denis comenta que conversou com a Ana
78 Cecilia, que a Secretária de Assistência tem a parceria com o instituto MM, para
79 realizar cursos online, e há a possibilidade de fazer a capacitação em formato online
80 sobre direitos da criança e do adolescente, para os trabalhadores de Irati; projeto que
81 seria lançado no dia 13 de julho. Em continuidade, Denis abre a palavra para a
82 conversa sobre as reuniões dos Fluxos de Atendimento. Thiago comenta que



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IRATI**

Rua: Coronel Pires, 856 – Centro

Fone: (42) 3132-6211

E-mail: casadosconselhosiratipr@gmail.com

84.500-059 – Irati – PR

83 precisam conversar novamente sobre os Fluxos, por causa da nova lei que será
84 implementada no dia 09 de junho; as ações que estão estabelecidas ao Conselho
85 Tutelar já eram feitas, só aumentou a questão da solicitação de antecipação de
86 provas. Maria Luiza fala que os modelos podem auxiliar na otimização dos
87 atendimentos. Denis opina que podem ser em casos esporádicos. Thiago fala que
88 enquanto colegiado pensaram em realizar um formulário em questão as medidas
89 protetivas, para que o profissional sugira qual das dez medidas protetivas é a mais
90 recomendada para o caso atendido; inclui que seria interessante aumentar o número
91 de profissionais na Escuta Especializada, pois a demanda está maior, visto que ano
92 passado houve noventa casos e até o momento, nesse ano, houve cinquenta casos.
93 Maria Luiza questiona quem são os profissionais que estão atendendo no momento;
94 Thiago responde que são a Claudia, Rafaela, Ana Luiza e o Vitor Hugo; Denis
95 complementa dizendo que a Saúde irá contratar um profissional, e indicarão a próxima
96 assistente social da saúde mental. Em seguida, Thiago comenta que foi convidado
97 para fazer parte de uma comissão regional, para moldar Fluxos que funcionem em
98 todas os municípios da mesma maneira; porém percebeu que há um movimento da
99 escuta estar atribuída ao CREAS. Andressa fala que essa discussão ocorreu dentro
100 da Reunião Ampliada do Fluxo, onde foi citado que havia o entendimento da Escuta
101 ser realizada pelos profissionais do CREAS. Maria Luiza complementa dizendo que
102 não há lei que contenha essa atribuição. Thiago fala que consta na lei que qualquer
103 órgão da Rede pode fazer a escuta, onde cada município tem sua particularidade e o
104 Estado não tem poder de interferir nessa questão. Denis comenta que entendeu que
105 a Comissão seria uma iniciativa regional, com recomendações e que não parte da
106 SEJUF, mas sim seria uma iniciativa do Poder Judiciário. Maria Luiza fala que o fluxo
107 de atendimento cabe aos profissionais da Assistência Social decidir como funciona e
108 a gestora auxilia para verificar qual caso é mais urgente de atendimento. Thiago
109 comenta que em outros municípios, como Rio Azul, são poucos casos, então o
110 CREAS consegue atender todos os casos, porém em Irati não flui dessa maneira,
111 tentando em outro espaço além do CREAS, mas também não fluiu; comenta ainda
112 sobre a comissão regional, que encaminharam o primeiro documento, e ele foi contra
113 a quase todos os pontos, porque colocaram o CREAS no centro, recebendo todos os
114 encaminhamentos e o Conselho Tutelar fica com a responsabilidade apenas de
115 registrar no SIPIA, acrescenta que entendeu depois que alguns Conselhos Tutelares
116 estavam com apenas essa função, porém isso prejudica e desvaloriza o Conselho
117 Tutelar de Irati; declara ainda que saiu da comissão por suas ideias não ser aceitas e
118 que não havia ninguém que representasse a equipe da Escuta. Claudia fala que
119 quando o Thiago trouxe essa demanda com o documento, discutiram no CREAS e
120 entrou em contato com Thais SEJUF porque no município a Escuta estava
121 funcionando de maneira efetiva; e questionou como o município já atuava de uma
122 forma se o estado pode estabelecer algo, e Thais SEJUF respondeu para ela que
123 ainda seria discutido isso e os técnicos seriam chamados; acrescenta Claudia que



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IRATI**

Rua: Coronel Pires, 856 – Centro

Fone: (42) 3132-6211

E-mail: casadosconselhosiratipr@gmail.com

84.500-059 – Irati – PR

124 opinou a importância de representantes de Irati nessa conversa para falar sobre como
125 funcionava a Escuta na cidade e isso poderia auxiliar outros municípios. Maria Luiza
126 conta como experiência uma situação que envolveu a equipe das medidas
127 socioeducativas, que entrou por ação civil pública. Thiago comenta que a lei saiu
128 depois da reunião do fluxo; e que isso desvaloriza o trabalho dos conselheiros
129 tutelares de Irati, pois limita apenas uma função; fala que encaminhou uma carta de
130 renúncia apontando todos os motivos porque não continuaria na comissão. Maria
131 Luiza fala que as técnicas da SEJUF não podem limitar as ações do Conselho Tutelar,
132 porque dessa maneira estão infringindo Lei Federal, apenas podem fazer isso com
133 ação direta de inconstitucionalidade. Andressa fala que na reunião ampliada do Fluxo,
134 Thais SEJUF disse que caso o CREAS não quisesse fazer a escuta, os profissionais
135 deveriam ser trocados. Thiago declara ainda que a discussão regional vai mais além
136 ainda, definindo que só psicólogo do CREAS pode fazer escuta, que tira assistente
137 social e tira pedagogo. Denis fala que houve uma reunião de gestores onde foi
138 colocado que essa ação estava sendo provocada pelo Judiciário com a proposta de
139 recomendar diretrizes sobre fluxos, protocolos regionais, porém, nada imposto; inclui
140 que foi informado que havia representação de um profissional de cada instituição.
141 Thiago diz que havia representantes de profissionais que faziam depoimento especial,
142 onde em alguns municípios é o próprio profissional do CREAS que realiza. Maria Luiza
143 fala que cada município tem sua particularidade há estabelecer padrões de acordo
144 com a sua realidade. Thatyana fala que essa recomendação é a fala da Thais SEJUF,
145 que quando atuava na SEJUF de Curitiba, o trabalho do assistente social era dar
146 suporte ao município, e com base nos relatos trazidos pelos profissionais de não
147 concordar com a atuação da Thais SEJUF, podem elaborar um ofício solicitando que
148 ela não assessorie o município. Felipe fala que quando estava atuando no
149 acolhimento, a discussão dos técnicos em relação a alguns encaminhamentos é que
150 ignoravam parecer dos técnicos, prejudicando o trabalho. Thatyana aponta que a
151 relação que tinha entre profissionais da SEJUF de Curitiba e técnicos era de suporte
152 e as reuniões eram de igual para igual, inclui que escutou queixas de muitos
153 profissionais e essa atuação é desconexa do trabalho feito em Curitiba. Thiago fala
154 que não participou da reunião ampliada, mas solicitou uma conversa depois da
155 reunião do Fluxo, pois o Conselho Tutelar tem uma boa relação com os profissionais
156 do CREAS; aponta que enquanto Conselho Tutelar, o colegiado é contra a Escuta ir
157 para o CREAS. Maria Luiza faz a sugestão de realizar um ofício enquanto CMDCA,
158 que ela assinaria também se precisasse, apontando o que foi discutido em reunião,
159 onde o próprio Ministério Público informa que é ilegal retirar funções do Conselho
160 Tutelar, sendo prejudicial para o município. Thatyana aponta que é importante o apoio
161 da gestão nessa decisão. Thiago faz a sugestão de realizar um ofício conjunto, com
162 Conselho Tutelar e CREAS. Maria Luiza fala que o Dr. James não é juiz de Irati,
163 podendo fazer recomendações para o CREAS de Rebouças, o qual pode reagir.
164 Felipe comenta que em municípios menores, acaba personificando o serviço em



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IRATI**

Rua: Coronel Pires, 856 – Centro

Fone: (42) 3132-6211

E-mail: casadosconselhosiratipr@gmail.com

84.500-059 – Irati – PR

165 determinada pessoa e isso prejudica o fluxo do trabalho, inclusive entre serviços.
166 Felipe opina ainda que o profissional que questiona e quer fazer, acaba sendo taxado
167 como “bocado” e é excluído, e é preciso quebrar esse pensamento; contando um
168 relato pessoal; apontando a importância dos profissionais de Irati de serem ouvidos,
169 até mesmo entre equipes. Maria Luiza fala que a posição da gestora Sybil é muito
170 importante para esse documento. Claudia comenta que o documento compartilhado
171 por Thiago vindo do Escritório Regional, prevê a construção de diretrizes para
172 implementar a lei nº13.431/2017 e decreto, porém em Irati a lei já está implementada.
173 Thiago complementa que foi difícil conseguir essa implementação; e que a ideia do
174 documento proposto pela SEJUF é que toda a comissão assine o documento, tendo
175 assinaturas de juizes, representantes de Escritório Regional e representante de
176 Conselho Tutelar; informando ainda que quem é contra o documento, é convidado a
177 se retirar. Após conversa, foi sugerido fazer um encaminhamento para a SEJUF
178 referente ao Documento Regional e atuação da servidora Thais SEJUF. Em
179 sequência, Denis passa a palavra para Thiago para que ele fale sobre o Fluxo de
180 Acolhimento; Thiago comenta que ficaram com a questão das 24h, se o Conselho
181 pode acolher e desacolher nesse período. Maria Luiza responde que antigamente
182 existiam muitos problemas relacionadas a essa questão, que não existe Casa de
183 Passagem para crianças, apenas Casas Lares; cita uma situação que ocorreu; se
184 posiciona contra, pois entrou em qualquer Casa Lar, já é feita medida de proteção;
185 orienta que seria importante realizar uma medida de proteção para a criança em
186 plantão na Casa Lar, homologando e a hora que os familiares tiver presente, ser
187 ouvidos pelo juiz para autorização. Em relação as questões do Juiz da Vara da
188 Infância de Irati, Thiago comenta que pensaram enquanto colegiado formular um ofício
189 para a Corregedoria e que não vão seguir ordens verbais, apenas ordens escritas,
190 Maria Luiza fala que quando ocorrer esses casos, podem separar um quarto para a
191 criança acolhida na Casa Lar, pois será por pouco tempo e terá um lugar para a
192 pessoa ficar. Octavio diz que quando ocorre um acolhimento assim, não ocorre atrito
193 entre os adolescentes. Thiago fala que tem receio em realizar o acolhimento dessa
194 maneira, e a equipe do equipamento não concordar, pois o Juiz não aprovou. Após
195 conversa, decidem por realizar um ofício conjunto enquanto rede, sobre a questão
196 trazida pelos conselheiros tutelares e sobre os prazos, encaminhando para a
197 corregedoria. Em sequência, Denis apresenta dois projetos de Lei que estão sobre
198 responsabilidade da Secretaria de Assistência Social; o primeiro é um programa de
199 transferência de renda, de qualificação profissional que tem o nome de “Trabalho e
200 Cidadania”, tem a proposta de trazer um complemento de renda para famílias em
201 situação de pobreza e extrema pobreza, no valor de R\$150,00 (cento e cinquenta
202 reais), porém com análise técnica as famílias podem ganhar até R\$350,00 (trezentos
203 e cinquenta reais); tem o limite de atender até 150 famílias devendo essas famílias
204 ser acompanhado pelo PAIF, tendo como condicionalidades realizar um trabalho de
205 quatro horas de acordo com a sua habilidade em um serviço ou instituição; a duração



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IRATI**

Rua: Coronel Pires, 856 – Centro

Fone: (42) 3132-6211

E-mail: casadosconselhosiratipr@gmail.com

84.500-059 – Irati – PR

206 é de seis meses, e pode prorrogar para mais seis meses. Thiago questiona se caso a
207 pessoa receba algum auxílio do Governo Federal, pode receber esse complemento;
208 Denis responde que sim. Dando prosseguimento, Denis apresenta o outro projeto de
209 lei, chamado “Dignidade Menstrual”, onde já existe uma lei municipal para distribuir
210 absorventes gratuitamente, porém ampliaram e instituíram um programa que irá
211 envolver a Secretaria de Assistência, Educação, Saúde e Finanças, com a proposta
212 de realizar formações e ações informativas, sobre educação sexual, entre outros
213 temas, para serem discutidos nas escolas; inclui que é contínuo. Thiago questiona se
214 é apenas no âmbito das escolas municipais; Denis responde que é voltado para
215 algumas séries, mas pode ampliar, pois terá nas unidades de Saúde e Assistência.
216 Em continuidade, Denis passa a palavra para Claudia para que apresente as pautas
217 solicitadas; Claudia fala que solicitou essas duas pautas, sendo uma das pautas a
218 prevenção do abuso sexual infantil e a outra pauta sobre a problemática do aumento
219 do uso de drogas por crianças e adolescentes em Irati; apresenta o Projeto de
220 Prevenção ao Abuso Infantil, pois enquanto cidadã e técnica da Escuta Especializada,
221 relatando que os casos estão aumentando diante denúncias identificadas pelos
222 professores e profissionais, podendo chegar a um momento que a demanda será tão
223 grande que não conseguirá atender a todos, e para isso é preciso se organizar; por
224 isso o projeto de prevenção é um modo de ensinar as crianças o cuidado com o corpo,
225 o que é considerado abuso e o que não é, onde buscar ajuda, pois um trauma afeta
226 uma vida toda; ao ensinar as crianças a identificarem que estão passando por algum
227 tipo de violência e contar para alguém de confiança, resulta na possível diminuição do
228 número de casos. Claudia conta relatos onde seu livro “Chapeuzinho Cor-de-rosa” foi
229 utilizado para realizar esse trabalho de prevenção ao abuso sexual, em forma de teatro
230 e conversa, como ocorreu no CRAS Lagoa e em escolas municipais, também
231 discutiram sobre o Super D (mascote da Rede); diz que trouxe esse projeto para o
232 CMDCA pensar em propostas relacionadas ao trabalho de prevenção, podendo
233 utilizar também outros livros, mas que esse trabalho de prevenção seja feito, de forma
234 constante; conclui que esse projeto é de prevenção e de identificação. Claudia faz
235 algumas sugestões sobre como pode ser realizado esse projeto de prevenção, a partir
236 de teatro, dança de maneira lúdica, para chamar atenção das crianças e que assim,
237 elas aprendam sobre o assunto. Felipe aponta que é preciso levar essas ações para
238 além do mês de maio. Denis faz a sugestão de conversar com a Fernanda, para
239 articular ações propostas por Claudia dentro dos CRAS, para que essas atividades
240 sejam contínuas; inclui que houve uma proposta há um tempo atrás de tentar adquirir
241 o livro de Claudia para realizar ações, porém como ela é funcionária pública não deu
242 certo, mas podem pensar em outras metodologias. Thiago diz que abrindo um edital
243 para as escolas, envolvendo um incentivo financeiro, as escolas montam projetos bem
244 legais para implementar, e cita exemplos anteriores; Denis fala que podem articular
245 para trabalhar os projetos propostos junto aos CRAS. Após, discutem como poderia
246 ser feito o Edital e que podem pautar esse assunto nas próximas reuniões do CMDCA.



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IRATI**

Rua: Coronel Pires, 856 – Centro

Fone: (42) 3132-6211

E-mail: casadosconselhosiratipr@gmail.com

84.500-059 – Irati – PR

247 Em sequência, Denis passa a palavra para Thais; Thais apresenta um projeto de
248 capacitação de teoria prática para crianças e adolescentes com autismo, pois a
249 demanda de diagnósticos fechados está muito grande; inclui que fizeram orçamento
250 om a CEAC porem com uma carga horaria menor; pensaram em propor vinte vagas
251 para a APAE e vinte para a Rede; conta como foi elaborado o projeto; e solicita se
252 possível que CMDCA possa destinar do fundo da criança um valor para essa
253 capacitação, no valor de R\$18.800,00 (dezoito mil e oitocentos) para quarenta
254 profissionais, com tudo incluso, menos o Coffee Break; nos dias 05 e 06 de agosto,
255 das 08h30min às 16h30min. Denis coloca para aprovação a destinação no valor de
256 R\$18.800,00 (dezoito mil e oitocentos) para a APAE, todos aprovam. Denis comenta
257 que para a capacitação é preciso ver quem está mais em contato com as crianças
258 com autismo, porque a procura será muito grande; e que os profissionais podem
259 multiplicar o que foi apreendido na capacitação. Após, Denis informa que o carro para
260 o Conselho Tutelar, no valor de R\$120.000,00 (cento e vinte mil), logo chegará; e que
261 os assuntos que não foram discutidos nessa reunião, serão pautados na próxima.
262 Sem mais nada a acrescentar, o presidente Denis Cezar Musial encerrou a reunião
263 às onze horas e cinquenta e seis minutos. Eu, Valéria Ruppel Jatzek lavrei esta ata
264 que vai por mim assinada, juntamente com o presidente.